

ou acesso através do link: <https://cmviana.es.porta.tp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=56>.

Atividades Correlatas

Em 2024, por meio do Tribunal de Contas do Estado, tivemos acesso a capacitações que, com seus conteúdos técnicos e temas variados na área de Controle, complementaram nossas atividades e contribuíram para a atualização dos conceitos de auditoria. A seguir, estão listadas algumas dessas capacitações.

Entidade	Data	Curso	Carga Horária
TCEES/ENFOC*	25/03/2024	Orçamento Público na Prática – Uma Análise da LDO e LOA dos municípios capixabas.	08 hs
TCEES/ENFOC*	26/03/2024	O Controle Interno da Administração Pública	08 hs
TCEES/ENFOC*	01/04/2024	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos.	08 hs

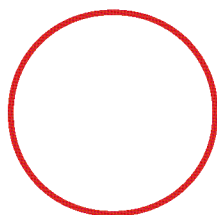
*** ENFOC - Encontro de Formação em Controle** - Polo Vitória – programa ministrado pelo TCEES, com ênfase na qualificação de gestores, secretários, vereadores e servidores públicos em geral, sobre temas voltados para gestão e controle das contas públicas.

Considerações finais

As atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna, como o próprio nome sugere, devem se ater à revisão dos processos internos, tendo como fonte basilar, além das legislações aplicadas a cada segmentos do setor público, as Instruções Normativas emitidas pelos próprios setores internos, com plena vinculação ao cumprimento do princípio da legalidade, enquanto fonte constitucional que regula as atividades aplicadas a cada setor.

São esses os parâmetros que orientaram os trabalhos de Auditoria da Câmara, o que, em grande medida, afirma sua atribuição de Controle Interno, buscando zelar pela conformidade dos processos operacionais.

Nesse contexto, podemos certificar que os trabalhos de Auditoria foram realizados em consonância com o que preconiza o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público, enquanto órgãos de Controle Externo.



Relatório Anual de Atividades da Procuradoria e Consultoria Jurídica da Câmara Municipal de Viana, referente a 2024, visa apresentar um resumo das atividades jurídicas e prestar contas sobre os trabalhos realizados. O setor jurídico é responsável por representar a Câmara em processos, emitir pareceres sobre a interpretação de leis, analisar contratos e projetos de lei, e oferecer assessoria aos órgãos da Câmara e à presidência em suas relações políticas-administrativas.

Em 2024, a equipe foi composta pela Procuradora Dr^a Luana do Amaral Peterle, o Procurador Dr. Paulo Cesar Cunhalima do Nascimento, e os assessores Filipe da Silva Santo e Bruno Deorce Gomes. As informações do relatório foram extraídas do “Trello” e do Sistema Eletrônico do Legislativo, com revisão final dos Procuradores.

Atuação em Processos Legislativos

O setor atua nos procedimentos legislativos por meio da emissão de pareceres jurídicos pela Procuradora, sem adentrar no mérito legislativo das proposições. Os pareceres, de caráter opinativo, foram anexados aos processos administrativos dos Projetos de Lei dos Parlamentares, da Mesa Diretora e do Poder Executivo. Até a elaboração deste relatório, foram emitidos 49 pareceres em Projetos de Lei e 2 pareceres em Projeto de Decreto Legislativo no exercício de 2024.

Atuação em Processos Administrativos

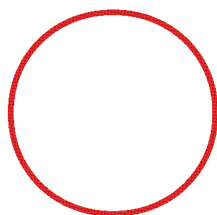
A Procuradora atua em processos administrativos, incluindo licitações, contratações diretas e questões relacionadas ao direito administrativo, como concursos públicos e direitos de servidores. Além de emitir pareceres e memoriais, ela elabora documentos internos, analisa minutas e responde a demandas de outros órgãos. Em 2024, foram realizados cerca de 100 atos, como pareceres e elaboração de documentos internos.

Atuação em Processos Judiciais, Respostas Externas e Reuniões Oficiais

Em 2024, a atuação no setor envolveu processos judiciais em três ocasiões, com peticionamento nos processos nº 5000813-50.2024.8.08.0050, 5003885-98.2024.8.08.0000 e 0984010-52.1998.8.08.0024. Além disso, foram elaboradas minutas de documentos para esclarecimentos ao Tribunal de Contas do Estado

do Espírito Santo e respostas aos órgãos de controle externo (TCE e MPES).

A participação em reuniões oficiais ocorreu em três ocasiões, propostas pelo Ministério Público Estadual, por meio da Promotora do Ofício Ambiental em Viana, Isabela de Deus Cordeiro.



Relatório Anual de Atividades da Comissão Especial de Revisão e Consolidação de Atos Normativos (CRAN) da Câmara Municipal de Viana, referente a 2024, apresenta um resumo das atividades realizadas pelo grupo de trabalho, destacando a importância da comissão para o bom funcionamento administrativo.

Criada pela Instrução de Serviço 05/2022, a comissão se dedica à revisão e consolidação de atos normativos internos, garantindo conformidade com a legislação vigente, como a Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica Municipal. Em 2024, a comissão foi composta por sete servidores, e as informações foram organizadas nas ferramentas “Trello” e “Google Drive”.

Revisão e Consolidação de Normas:

Avaliação de minutas de instruções normativas para assegurar coerência e evitar redundâncias ou divergências.

Foco na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, com destaque para temas como dispensa de licitação e sistema de registro de preços.

Normas Internas Publicadas em 2024:

Instrução Normativa nº 04/2024: Estabelece diretrizes para pesquisa de preços em compras e contratos, baseada na Lei nº 14.133/2021.

Resolução Administrativa nº 08/2024: Aprova o Plano Anual de Auditoria para 2024.

Resolução Administrativa nº 08/2024: Rege condutas vedadas aos agentes públicos e funcionamento da Câmara no período eleitoral.

Outros Trabalhos Destacados:

- Elaboração de normas sobre o uso e conservação dos prédios da CMV.
- Reformulação do painel de indicadores legislativos, em parceria com o Ministério Público do Espírito Santo (detalhado na próxima seção).

Reformulação do Painel de Indicadores

Cumprindo o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público Estadual, a Câmara Municipal revisou em 2024 o painel de indicadores dos gabinetes parlamentares.

Evolução do Painel em 2024:

- Alteração do foco inicial, de atividades administrativas para resultados legislativos finais.

Criação de Indicadores-Chave de Desempenho (KPIs), discriminando a produtividade parlamentar por temas legislados.

- Uso de tecnologias como o sistema legislativo eletrônico para extrair e analisar dados.

Atuação nas Proposições de Emenda à Lei Orgânica

A CRAN tem atribuição de propor emendas à Lei Orgânica, especialmente após a conclusão do novo Regimento Interno da CMV. No entanto, devido à complexidade desse instrumento, o trabalho ainda está em andamento, e propostas concretas serão apresentadas após sua finalização.

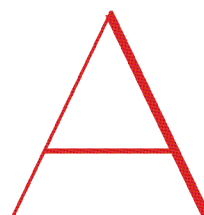
Forma de Trabalho e Ferramentas de Gestão

A CRAN adota uma abordagem moderna e colaborativa para otimizar sua atuação:

Google Drive: Permite edição simultânea de documentos.

Trello: Organiza tarefas, estabelece prazos e facilita o acompanhamento de atividades em andamento.

Reuniões: Além de uma reunião ordinária mensal, os membros trabalham continuamente ao longo do mês para atender demandas.



As atividades de controle interno da Câmara Municipal de Viana para 2024 foram definidas com base no Plano Anual de Auditoria Interna, aprovado pela Resolução nº08/2024. O foco está no exame dos principais pontos de controle recomendados pela IN 68/2020 do TCE/ES, considerando fatores como a capacidade técnica da unidade de controle, análise de risco, necessidades administrativas, e atendimento a solicitações internas e determinações do TCE/ES.

O quadro funcional da Controle Interno contou com dois servidores efetivos, conforme tabela abaixo:

Nome	Nomeação	Cargo	Formação
Gicelly Butzke Vieira	Portaria 025/2021	Controladora	Administração
Edmar Lyrio Temporim	Portaria 040/2022	Auditor Interno	Ciências Econômicas

A execução dos trabalhos de controle interno na Câmara Municipal de Viana foi realizada de forma prévia e concomitante. Previamente, foram elaboradas instruções normativas específicas, após reuniões com as unidades executoras. Concomitantemente, foram verificados os pontos de controle mais relevantes, conforme a instrução normativa TCEES n. 68/2020, e acompanhado o Portal da Transparência. O objetivo foi reforçar a importância do controle interno, promovendo uma gestão pública eficiente e eficaz dos recursos.

Auditorias

As auditorias foram realizadas conforme o plano anual de auditoria, aprovado pela Resolução Administrativa nº 08/2024, sob a responsabilidade do auditor interno legislativo. Os relatórios das auditorias executadas, juntamente com suas recomendações, estão disponíveis no Portal da Transparência, acessível pelo link: [Portal da Transparência - Auditorias](#).

Instruções Normativas

A elaboração das instruções normativas foi fundamentada em estudos, pesquisas e diálogos com os setores responsáveis, com o objetivo de compreender as particularidades de cada área. Abaixo, segue uma das normas aprovadas em 2024:

Instrução Normativa nº 04/2024 – Sistema de Compras, Licitações e Contratos: Estabelece as diretrizes para a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para aquisição de bens e contratação de ser-

viços no âmbito do Poder Legislativo de Viana. Aprovada em 10/04/2024.

Atualmente, a Câmara Municipal de Viana conta com 10 instruções normativas aprovadas. Os atos normativos estão disponíveis no Portal da Transparência e no site institucional, através dos seguintes links:

Portal da Transparência - Instruções Normativas

[Site Institucional - Instruções Normativas.](#)

Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos

A Tomada de Contas Especial é um processo iniciado pela autoridade administrativa ou por determinação do Tribunal, visando apurar fatos, identificar responsáveis, quantificar danos e buscar o ressarcimento. De acordo com a Instrução Normativa TCEES nº 32/2014, no Legislativo, não foi instaurada nenhuma Tomada de Contas Especial durante o ano de 2024.

Outras Atividades Desenvolvidas

- **Análise dos Relatórios de Atividades Externas:**
Relatórios mensais dos gabinetes enviados à Controladoria.
- Análise conforme a Lei nº3.198/2022.
- Devolução ao setor de Recursos Humanos e envio do conteúdo ao presidente da Câmara.
- **Participação no Programa Nacional da Transparência Pública:**
Ações para ampliar a transparência das informações públicas.
- Avaliação de transparência nos sites institucionais dos governos.
- Câmara Municipal de Viana recebeu o selo diamante por atingir 98,92% dos critérios, a segunda maior nota no legislativo.
- **Relatório de Gestão Fiscal (RGF):**
Instrumento de transparência fiscal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Verificação do cumprimento dos limites de despesa com pessoal.
- Publicação quadrimestral dos relatórios pela Controladoria e Contabilidade.
- Relatórios publicados no portal oficial.

A Controladoria, em trabalho conjunto com a Contabilidade, atuou na verificação do cumprimento dos limites e, dentro da responsabilidade que é conferida ao controle interno, assinou os relatórios, que foram publicados dentro dos prazos instituídos por lei. As publicações dos relatórios podem ser conferidas pelo link:

<https://cmviana-es.portaltip.com.br/consultas/documentos.aspx?id=5>

Além das atribuições legais, tais como envio de relatórios e prestação de contas mensais e anuais, o controle interno observou prazos e atualizações dos preceitos legais, estando em conformidade com as requisições que lhe foram pertinentes. Todas as demandas dos órgãos de controle direcionadas à Controladoria foram atendidas dentro do prazo.